

ENVELHECIMENTO E MEMÓRIA: uma experiência didática

Sílvia Karina Lopes¹; Fernanda Valli Nummer²

Resumo: O presente artigo discute envelhecimento e memória a partir de uma experiência etnográfica com observação participante em uma Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI) em Belém. A metodologia combinou pesquisa bibliográfica e registro das atividades realizadas durante cinco encontros com a participação de 30 pessoas idosas residentes na instituição. A análise aponta que esses estabelecimentos exercem controle sobre a vida dos residentes por meio da imposição de rotinas e restrição de acesso a espaços, limitando a liberdade tanto dos idosos quanto de seus visitantes. Ao mesmo tempo, observa-se que a socialização e o resgate da memória atuam como formas de resistência, preservando a identidade e a subjetividade dos indivíduos institucionalizados.

Palavras-chave: Envelhecimento; Memória; Instituição; Etnografia.

AGING AND MEMORY: A DIDACTIC EXPERIENCE

Abstract: This article discusses aging and memory based on an ethnographic experience with participant observation in a Long-Term Care Facility for the Elderly in Belém. The methodology combined bibliographic research and recording of activities carried out during five meetings with the participation of 30 elderly residents. The analysis indicates that these facilities exert control over the lives of residents by imposing routines and restricting access to spaces, limiting the freedom of both the elderly and their visitors. At the same time, it is observed that socialization and memory recovery act as forms of resistance, preserving the identity and subjectivity of institutionalized individuals.

Keywords: Aging; Memory; Institution; Ethnography.

1. INTRODUÇÃO

A forma como a velhice é percebida e vivida nas comunidades tradicionais brasileiras revela concepções socioculturais que se distanciam dos modelos hegemônicos instituídos pela modernidade. Em muitos desses contextos, a posição social das pessoas idosas não se organiza prioritariamente pela idade cronológica, mas pelo reconhecimento do papel simbólico, produtivo e afetivo que desempenham no grupo. Tal perspectiva se apoia em valores

¹ Graduanda do curso de Ciências Sociais, UFPA.

² Professora Associada da UFPA/IFCH/ FACS; Dra. Antropologia Social UFRGS

comunitários e em relações de reciprocidade que estruturam os vínculos sociais (Malinowski, 1978).

Nesses territórios, a velhice adquire sentido associado à experiência acumulada e à capacidade de socializar saberes essenciais à continuidade da vida coletiva. Os mais velhos tornam-se referência de memória social, responsáveis pela transmissão de práticas, histórias e conhecimentos que preservam a identidade cultural dos grupos. A memória, portanto, é compreendida como um processo vivo, constantemente atualizado por meio da oralidade e do fazer cotidiano. Esse reconhecimento reforça que a velhice não se reduz ao declínio biológico, mas comporta uma dimensão social que confere autoridade e valorização às pessoas idosas (Beauvoir, 1970).

Com o avanço da modernidade, entretanto, a velhice foi ressignificada. Segundo Berger (2000), a realidade social é historicamente construída e naturalizada, sendo a idade cronológica instituída como parâmetro central de organização da vida social. Desse processo decorre a normatização de expectativas, comportamentos e papéis vinculados à chamada “terceira idade”, agora direcionada por políticas públicas e práticas de cuidado formal.

Paralelamente, estratégias de controle e regulação dos corpos passam a delimitar espaços de sociabilidade das pessoas idosas, muitas vezes deslocando-as para ambientes segregados ou institucionalizados, como Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI) e instituições totais (Filizzola, 1979). Essas instituições, ao impor rotinas rígidas e formas de vigilância, operam como organizações disciplinares que sistematizam comportamentos, afetando a autonomia e a autodeterminação dos sujeitos. Assim, a velhice é tensionada entre a valorização simbólica e a normatização institucional que, ao mesmo tempo em que visa ao cuidado, pode reforçar dependências e limitações.

Nesse cenário, compreender a experiência das pessoas idosas em instituições exige considerar seus próprios significados e narrativas sobre o envelhecer. O trabalho etnográfico permite esse olhar, pois envolve estranhar o que é familiar, revelando aspectos naturalizados da cultura, ao mesmo tempo em que reconhece que os dados estão inscritos nas memórias e comportamentos de sujeitos vivos e participativos. Portanto, investigar uma Instituição de Longa Permanência para Idosos significa analisar um espaço característico da própria sociedade que o produz, cujas contradições evidenciam modos contemporâneos de lidar com a velhice (Nascimento, 2009).

Diante dessas considerações, o objetivo do presente artigo é discutir as interações entre envelhecimento e memória a partir de uma etnografia realizada em uma ILPI em Belém, com ênfase nas práticas rotineiras e nos mecanismos institucionais que influenciam a vida cotidiana

dos residentes. A pesquisa mobilizou uma abordagem qualitativa, combinando pesquisa bibliográfica e observação participante ao longo de cinco encontros com a participação de 30 pessoas idosas. Essa abordagem permite analisar tanto as práticas visíveis, como rotinas, atividades e regras, quanto as estratégias de resistência, manutenção de vínculos afetivos e preservação da memória por parte dos sujeitos institucionalizados.

REFERENCIAL TEÓRICO

O envelhecimento é um processo que ultrapassa os limites biológicos e se estrutura como fenômeno social, marcado por representações que frequentemente associam a velhice à perda de autonomia e à exclusão do convívio social. Para Beauvoir (1970), a velhice é construída culturalmente como uma fase marginalizada da vida, um tempo de rupturas que afeta diretamente o modo como a sociedade percebe e trata as pessoas idosas. Nesse contexto, a memória ocupa papel fundamental na preservação da identidade, pois permite às pessoas idosas manterem vivas suas histórias, laços afetivos e pertencimentos. Bosi (2003) ressalta que a memória é uma dimensão viva da experiência, que se alimenta das interações sociais e se torna elemento de resistência diante das tentativas de apagamento simbólico que podem ocorrer nas instituições.

A institucionalização, entretanto, pode interferir nesse processo. Ao analisar espaços como as Instituições de Longa Permanência para Idosos, observa-se que eles assumem, em muitos casos, características de instituições totais, conforme define Goffman (2003). Nelas, o cotidiano é marcado por rotinas rígidas, regras de circulação e vigilância contínua, o que reduz as possibilidades de escolha pessoal e autonomia. Debert (1999) destaca que tais organizações tendem a padronizar comportamentos, produzindo um modelo de velhice tutelada, no qual a individualidade e os desejos das pessoas idosas são frequentemente desconsiderados.

Essa lógica operacional pode ser compreendida à luz da teoria de Foucault (2008), que discute como os mecanismos disciplinares atuam na conformação dos corpos e subjetividades. O corpo envelhecido, quando submetido ao controle institucional, torna-se objeto de técnicas de vigilância e cuidados que, embora justificados pela necessidade de proteção, também podem resultar em cerceamento da liberdade e redução da autodeterminação. Para Born (2000), o cuidado prestado em instituições pode facilmente deslizar de gesto de atenção para prática de infantilização, reforçando dependências.

Apesar dessas limitações estruturais, a memória atua como força subjetiva capaz de reativar a singularidade das trajetórias individuais. Narrar lembranças, reivindicar espaços, manter vínculos afetivos e reconhecer sua própria história constituem formas de resistência ao

controle institucional. Assim, pensar envelhecimento e memória no contexto de ILPI significa compreender como poder, disciplina e subjetividade se entrelaçam na vida cotidiana das pessoas idosas, revelando tanto os mecanismos de contenção quanto as possibilidades de expressão pessoal existentes nesses espaços.

Goffman (2003) define instituições totais como espaços nos quais indivíduos que compartilham condições semelhantes vivem temporariamente separados da sociedade mais ampla, sob uma administração rígida que controla intensamente seu cotidiano. Embora toda instituição apresente algum grau de fechamento, ele ressalta que, em algumas, essa característica é mais evidente, seja pela separação física ou pelo isolamento simbólico que limita relações com o mundo externo.

Classificando as instituições totais em cinco grupos principais: aquelas destinadas ao cuidado de pessoas consideradas incapazes de se auto cuidar, mas não perigosas, como hospitais psiquiátricos e sanatórios; instituições que protegem a sociedade de indivíduos vistos como perigosos, como prisões e campos de detenção; instituições voltadas ao treinamento e trabalho sob condições disciplinares rigorosas, como quartéis e navios; estabelecimentos religiosos que funcionam como refúgio e local de instrução, como conventos e mosteiros; e, finalmente, instituições destinadas ao acolhimento de pessoas incapazes e inofensivas, como deficientes visuais, idosos e pessoas em situação de vulnerabilidade social, categoria em que se inserem as ILPIs (Goffman, 2003).

Segundo Goffman (2003), instituições asilares compartilham características fundamentais: todas as atividades diárias são realizadas sob uma única autoridade; os indivíduos vivem em grupo, seguindo rotinas planejadas para atender aos objetivos institucionais; os horários e regras são rigorosamente estabelecidos; e as ações dos residentes são continuamente controladas. Trata-se de uma rotina que organiza e disciplina a vida, limitando escolhas e movimentos.

A ILPI observada apresenta claramente tais elementos. A rigidez dos horários, o controle dos espaços e a vigilância constante configuram um ambiente em que os idosos vivem afastados da sociedade e submetidos a uma rotina fortemente administrada. O acesso ao espaço interno, por exemplo, foi proibido aos pesquisadores, que só puderam permanecer na área externa durante as atividades e deveriam se retirar antes do almoço. Da mesma forma, os residentes não tinham liberdade para circular fora do perímetro institucional nem para receber visitantes em seus próprios quartos, evidenciando limites à autonomia e ao direito de convivência.

Foucault (2008) argumenta que as instituições disciplinares produzem corpos dóceis por meio de mecanismos como vigilância, controle do tempo e espacialização das condutas. O “olhar invisível” do panoptismo organiza o espaço para que tudo possa ser visto e regulado, ainda que a vigilância não seja explicitamente percebida. Na ILPI visitada, a disciplina se manifesta como forma de cuidado, mas também como controle e normalização das ações dos residentes.

Historicamente, o modelo de institucionalização da velhice está associado a práticas de assistência e filantropia. Beauvoir (1970) aponta que, desde o período moderno, Estados nacionais e a Igreja Católica construíram asilos para abrigar idosos pobres, especialmente na Europa. No Brasil, Filizzola (1979) destaca que a velhice começou a ser reconhecida como direito ainda no período colonial, com a criação da Casa dos Inválidos em 1794. Mais tarde, no século XIX, a administração da pobreza foi influenciada pela medicina social, que legitimou práticas de controle e disciplinamento das populações vulneráveis.

Debert (1999, p. 18) observa que o termo “asilo” passou a carregar estigmas relacionados ao abandono e à pobreza, originando nomenclaturas como “lar” ou “casa de repouso”, até a adoção do termo Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI), conforme orienta a Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia (SBGG). A mudança terminológica reflete transformações no entendimento social da velhice, que deixou de ser responsabilidade exclusiva da família e passou a integrar políticas públicas de cuidado.

A geriatria e a gerontologia também contribuíram para essa mudança: a primeira voltada ao cuidado clínico e prevenção de doenças do envelhecimento; a segunda, à compreensão multidimensional do envelhecimento como fenômeno biológico, psicológico e sociocultural (Born, 2000). Atualmente, as ILPIs são estabelecimentos destinados ao atendimento integral de pessoas idosas que não possuem condições de permanecer em seus domicílios ou com familiares. Destacando que a maioria dessas instituições ainda possui caráter filantrópico ou religioso, exatamente o caso da ILPI investigada, vinculada à Igreja Católica.

A partir dessa análise, torna-se evidente que a ILPI visitada apresenta as marcas de uma instituição total: disciplina, vigilância, controle do espaço e separação do convívio social mais amplo. Esses elementos estruturam o cotidiano dos residentes, afetando dimensões fundamentais de sua autonomia, liberdade e experiência de envelhecimento.

No contexto desta pesquisa, a compreensão da ILPI como instituição total orientou o desenho etnográfico adotado: a observação participante, realizada em cinco encontros com 30 residentes, permitiu registrar de forma sistemática a rotina, as interações sociais e os

mecanismos de controle presentes, possibilitando analisar como os sujeitos vivenciam, resistem e se relacionam dentro desse espaço disciplinar.

3. METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, de caráter descritivo e interpretativo, tendo como foco a análise das interações entre envelhecimento, memória e vida institucional em uma ILPI situada em Belém, no estado do Pará. o trabalho foi realizado dentro da disciplina de Laboratório de Antropologia no segundo semestre de 2025. Todas as etapas descritas aqui, desde o referencial teórico, descrição dos dados e conclusão foram desenvolvido primeiro em um projeto de extensão e na execução do projeto e por fim no seminário de apresentação da atividade no I Seminário da disciplina de Laboratório de Pesquisa, realizado no dia 31 de março de 2025. A abordagem qualitativa permite captar as percepções, experiências e significados construídos pelos sujeitos, oferecendo uma compreensão profunda da realidade estudada.

A estratégia metodológica adotada foi a etnografia com observação participante, que possibilitou a vivência e registro do cotidiano da instituição, observando tanto as atividades planejadas quanto as interações informais entre os residentes. Malinowski (1978) enfatiza que a etnografia requer do pesquisador uma posição dupla: atuar como cronista, descrevendo comportamentos, e como intérprete, compreendendo os significados subjacentes às práticas sociais.

O estudo foi realizado ao longo de cinco encontros, nos quais participaram 30 pessoas idosos residentes da ILPI. As atividades observadas incluíram momentos de socialização, refeições coletivas, recreação e práticas de cuidado assistencial. Durante esses encontros, mantivemos o registro detalhado das interações, rotinas e limitações impostas pela instituição, respeitando as regras internas e os limites de acesso estabelecidos pelos gestores.

Os dados coletados foram complementados por pesquisa bibliográfica, com revisão de obras clássicas e contemporâneas sobre envelhecimento, memória, instituições totais e disciplina, permitindo articular as observações de campo com o referencial teórico (Beauvoir, 1970; Bosi, 2003; Goffman, 2003; Foucault, 2008; Debert, 1999; Born, 2000).

Essa metodologia permitiu analisar, de forma integrada, como os mecanismos de rotina, disciplina e vigilância, característicos das instituições totais, influenciam a vida cotidiana das pessoas idosas, ao mesmo tempo em que identificou estratégias de resistência, manutenção de vínculos afetivos e preservação da memória individual e coletiva. Dessa forma, a combinação

de observação participante e pesquisa bibliográfica forneceu base sólida para compreender as relações entre envelhecimento e memória no contexto institucionalizado.

3. A INSTITUIÇÃO ESCOLHIDA

A instituição em que realizamos a nossa etnografia é uma Instituição de Longa Permanência para Idosos, vinculada à Igreja Católica. Está localizada na cidade de Belém, no estado do Pará. Ao adentrarmos no espaço da instituição, observamos uma piscina para recreação das idosas e idosos, um jardim e, uma área externa com um salão com cadeiras, bancos e uma mesa com imagens de santos da Igreja Católica, onde eles estão reunidos para rezar, ouvir músicas religiosas e participar de eventos que são organizadas no espaço da instituição, como o Dia de Santo Antônio, em 13 de junho, o Círio de Nazaré, no mês de outubro, a Páscoa, em abril e o Natal, em dezembro, objetivando a confraternização entre os “hóspedes”, segundo relatos das supervisoras do estabelecimento. Ela sempre se refere aos residentes na instituição como “hóspedes”.

Os “hóspedes” (como são chamados nesta ILPI), são orientados a seguir a religião católica, rezar o terço e participar das novenas em missas, que são realizadas no estabelecimento. Eles só podem sair da instituição acompanhados por algum familiar e, no caso de ir ao hospital, somente com o acompanhamento de uma cuidadora ou familiar.

Não foi permitido o nosso acesso ao espaço interno da instituição, para conhecer a cozinha, o refeitório, sala de TV... tampouco as moradias individuais dos idosos, mesmo sendo da vontade de alguns nos convidar para conhecer a sua casa. A direção do estabelecimento impôs que deveríamos permanecer nesse salão, localizado na área externa para a realização de nossas atividades de socialização e compartilhamento do lanche e, deveríamos nos retirar antes das 11 horas da manhã, horário em que seria servido o almoço.

Com base nas definições de Goffman (2003), que toda instituição tem caráter de fechamento e o que define esse fechamento é a barreira que a instituição exerce separando os indivíduos no mundo externo, discutimos de que forma esses idosos e idosos que residem nesta instituição podem ser considerados “hóspedes”.

Como uma pessoa pode ser considerada hóspede se ela não tem liberdade para ir e vir? Como podem ser hóspedes se precisam seguir uma rotina de atividades, com horários rigidamente controladas pela instituição? Como essas idosas e idosos podem ser considerados hóspedes se não podem realizar outras atividades que gostariam? E, como podem ser hóspedes se não podem convidar alguém para conhecer a sua casa?

Na questão da assistência às pessoas idosas que residem nesta ILPI, a instituição possui uma equipe multiprofissional formada por médicos geriatra, enfermeira, fisioterapeuta, terapeuta ocupacional e nutricionista, além das pessoas que realizam o trabalho administrativo de portaria jardinagem e limpeza do espaço. A ILPI em questão é considerada uma instituição filantrópica está vinculada à Igreja Católica. Porém, todos as idosas e idosos realizam pagamento de mensalidade para viver na instituição.

Há diferenças nos valores conforme o tipo de moradia que a instituição dispõe: existem as moradias individuais, os chalés e as moradias compartilhadas. E, há também taxas extras para usufruir de outros serviços, como a hidroginástica na piscina. Os valores das mensalidades dos serviços extras não foram informados. A instituição não disponibiliza vagas gratuitas para pessoas idosas sem recursos econômicos.

As desigualdades do sistema capitalista se refletem na instituição não somente em relação ao tipo de moradia e ao acesso a outros serviços como a hidroginástica, mas à presença de cuidadores individuais. Os idosos que vivem nesta ILPI e possuem melhores condições econômicas podem ter o privilégio de ter, à sua disposição, uma cuidadora individual e, portanto, serem atendidas em seus cuidados específicos quando precisarem. Considerando mais especificamente sobre o trabalho de cuidadores, trata-se de uma ocupação reconhecida na classificação brasileira de ocupações do Ministério do Trabalho e Emprego, com o Código 5162-10.

4. VIVER EM UMA ILPI: SOCIALIZAÇÃO E MEMÓRIA

A etnografia realizada nesta ILPI foi desenvolvida por meio de observação participante em cinco encontros com 30 pessoas idosas residentes na instituição, a observação participante como um processo pelo qual o observador mantém sua presença numa situação social com a finalidade de realizar uma investigação científica, participando da vida dos observados e coletando dados no cenário natural. Essa metodologia permitiu que estivéssemos simultaneamente imersos nas atividades da instituição e atento às interações e práticas sociais dos idosos, registrando tanto comportamentos visíveis quanto significados subjetivos.

Goffman (2003) enfatiza que, nesses espaços, há uma clara divisão entre o grupo controlado, os internados e a equipe de supervisão, que exerce vigilância sobre todos os aspectos da vida dos residentes. Inicialmente, a supervisora não autorizou registros fotográficos ou audiovisuais, liberando-os apenas parcialmente após três encontros, desde que preservada a identidade dos participantes e da instituição.

O primeiro encontro, teve como objetivo a apresentação do grupo e a integração dos participantes, por meio da atividade “Carta de Apresentação”, na qual cada idoso respondia perguntas pessoais como “Para qual time você torce?” ou “Que tipo de música você gosta de escutar?”. Em seguida, foram resgatadas cantigas de roda da infância dos residentes, promovendo o despertar da memória afetiva e estabelecendo vínculos entre o grupo e os pesquisadores. Essa prática evidencia como a memória atua como recurso social e afetivo, mediando relações e fortalecendo laços de pertencimento (Bosi, 2003).

No segundo encontro, foi utilizada uma seleção musical baseada nas preferências dos idosos, com canções de Altemar Dutra, Celi Campelo, Jorge Ben Jor, Roberto Carlos, Gilberto Gil, Elis Regina, Tom Jobim e Milton Nascimento, entre outros. A dinâmica “Quem sabe, canta” permitiu que os idosos compartilhassem lembranças e conhecimentos musicais, enquanto a atividade “Medos e Gostos” incentivou a expressão de sentimentos e opiniões, reforçando a agência dos participantes em meio às restrições institucionais.

Durante o terceiro encontro, as músicas selecionadas continuaram a estimular a memória afetiva, promovendo narrativas sobre experiências passadas e gostos pessoais. A atividade do autorretrato, iniciada nesse momento, possibilitou que cada idoso se expressasse individualmente, utilizando fotografias antigas e memórias pessoais. Alguns residentes recusaram-se a participar, evidenciando a complexidade da interação com os pesquisadores e a importância do respeito às escolhas individuais, mesmo dentro de um espaço altamente controlado.

O quarto encontro, deu continuidade à dinâmica do autorretrato, com perguntas orientadoras como “O que você enxerga na foto?”, estimulando a reflexão sobre identidade, trajetória de vida e percepções do presente. A música permaneceu como elemento central, funcionando como mediadora de emoções e facilitadora do diálogo coletivo.

O quinto e último encontro, iniciou-se com uma oração coletiva, seguida pela apresentação de uma nova residente ao grupo, promovendo integração e inclusão social. A dinâmica “FACES DO RESPEITO” explorou sentimentos de alegria, tristeza e raiva diante de situações cotidianas, revelando como os idosos interpretam, expressam e regulam suas emoções em um ambiente institucionalizado. A utilização de músicas de carimbó estimulou a memória cultural e corporal, reforçando a identidade paraense e os vínculos afetivos entre os participantes.

Observou-se que, embora a instituição imponha uma rotina rígida, centrada em atividades religiosas e tarefas determinadas pela administração, ainda existem espaços de resistência simbólica, socialização e preservação da memória. Bosi (2003) explica que a

memória dos idosos pode ser trabalhada como mediador entre a nossa geração e os testemunhos do passado, sendo intermediária informal da cultura, o que reforça a importância de atividades que permitam resgatar experiências individuais e coletivas.

A análise das atividades realizadas evidencia que, mesmo dentro de um contexto disciplinar, os idosos encontram estratégias para expressar desejos, relembrar memórias afetivas e participar ativamente da vida social. As interações durante os encontros demonstraram como a socialização e a memória se articulam como instrumentos de manutenção da identidade, resistência à alienação imposta pela instituição e reafirmação da agência individual, evidenciando a complexidade das experiências de envelhecimento em um espaço institucionalizado.

Assim, as observações realizadas na ILPI permitiram compreender de forma aprofundada como a rotina, a disciplina e a vigilância coexistem com práticas de socialização e resgate da memória, articulando o controle institucional com formas de resistência e expressão pessoal. Essa análise reforça a relevância da etnografia como método para estudar a experiência do envelhecimento, permitindo captar nuances de significados que escapam a abordagens quantitativas e rigidamente estruturadas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo evidencia que o envelhecimento vai muito além do aspecto biológico, sendo profundamente atravessado por dimensões sociais, culturais e econômicas. A vida em uma instituição de longa permanência mostra claramente como a organização institucional, mesmo com boas intenções de cuidado, impõe limites à autonomia, restringe a liberdade de escolha e determina a rotina diária dos residentes. Essa realidade revela que envelhecer não é apenas uma questão de tempo ou saúde, mas também de condições estruturais, acesso a recursos e espaço para manutenção da própria identidade.

A experiência etnográfica demonstrou que, apesar das limitações, os idosos conseguem resistir ao controle institucional por meio da memória, da socialização e das práticas cotidianas. O resgate de lembranças, a música, as atividades coletivas e o compartilhamento de experiências não apenas fortalecem os vínculos afetivos, mas também reafirmam a individualidade e a agência das pessoas idosas. A memória, nesse contexto, funciona como um mecanismo de preservação da identidade, permitindo que os residentes continuem protagonistas de suas próprias histórias, mesmo em um ambiente marcado pela disciplina e pelo controle.

Entretanto, a pesquisa também revelou desigualdades significativas. O acesso a melhores condições de vida dentro da instituição está diretamente relacionado aos recursos

econômicos disponíveis, determinando moradias mais confortáveis ou cuidadores exclusivos para alguns, enquanto outros vivem em espaços compartilhados e dependem de cuidados coletivos. Essa disparidade reflete um problema estrutural mais amplo, que atravessa toda a sociedade e evidencia a vulnerabilidade dos idosos sem recursos financeiros.

Diante desse cenário, torna-se evidente que o envelhecimento digno depende não apenas de cuidados institucionais, mas de políticas públicas consistentes e abrangentes. Garantir acesso a saúde de qualidade, moradia adequada, alimentação saudável, espaço para socialização e preservação da memória são medidas essenciais para que todas as pessoas idosas, independentemente de sua condição econômica, possam viver com dignidade e autonomia.

Por fim, o estudo reforça que o envelhecimento é um processo ativo, no qual os indivíduos continuam a construir significado para suas vidas. Mesmo em instituições com características de controle e disciplina, os idosos demonstram resiliência, criatividade e capacidade de se expressar. Reconhecer e valorizar essas experiências é fundamental para repensar as práticas institucionais, promovendo ambientes que equilibrem cuidado, segurança e liberdade, e que incentivem a preservação da memória e da identidade de cada indivíduo.

REFERÊNCIAS:

BEAUVOIR, Simone. **A Velhice**: realidade incômoda. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

BERGER, Peter. **A Construção Social da Realidade**: Tratado de Sociologia do Conhecimento, Petrópolis: Vozes, 2000.

BORN, Tomiko. **Cuidando do idoso em instituição em Gerontologia**: a velhice e o envelhecimento. São Paulo: Editora Atheneu, 2000.

BOSI, Ecléa. O tempo vivo da memória: *Ensaio de Psicologia Sociologia*, São Paulo: Atêlie Editorial, 2003.

DA MATTA, Roberto. **Relativizando**: uma introdução à Antropologia Social, Rio de Janeiro: Rocco 1987.

DEBERT, Guita Grin. **A Reinvenção da Velhice**: socialização e processos de privatização do envelhecimento. São Paulo: Edusp, 1999.

FILIZZOLA, M. **Aspectos da história dos mais antigos asilos para velhos do Rio de Janeiro**: Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edição Graal. 2008.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectivas, 2003.

MALINOWSKI, B. **Argonautas do Pacífico Ocidental**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

NASCIMENTO, Juliana de Freitas. **A Rotina dos Cuidados em Idosos**: Um Estudo de Caso. Monografia apresentada ao Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília, dezembro, 2009.